

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.308 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 2001

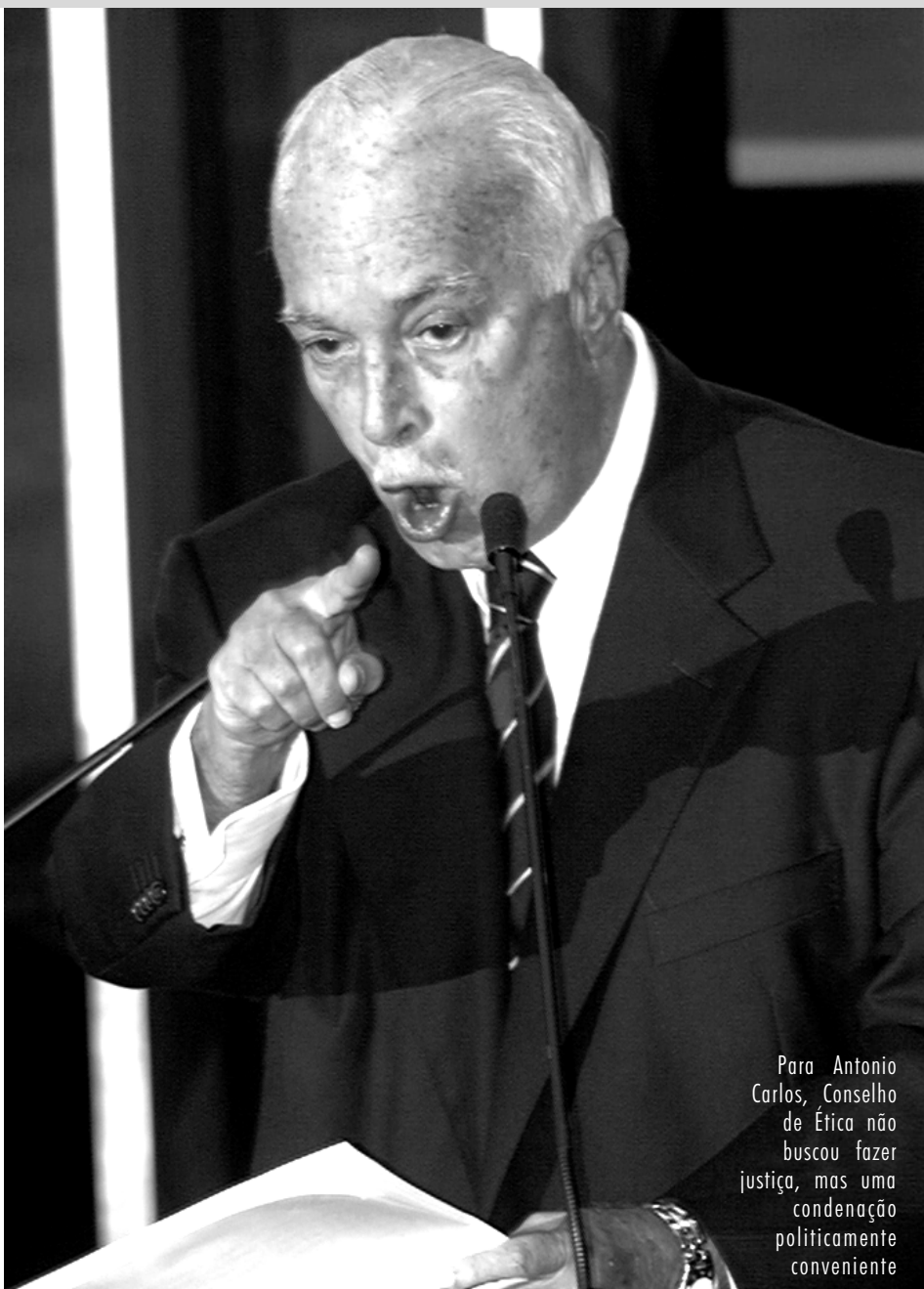
SENADO REAGE A CRÍTICAS DE ACM

Ex-presidente do Senado diz ter sofrido “torpe processo de linchamento político”

Em discurso de 69 minutos pronunciado ontem à tarde, o senador Antonio Carlos Magalhães renunciou aos 20 meses de mandato que lhe restavam, com críticas ao governo e ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. As palavras de Antonio Carlos provocaram imediata reação dos sena-

dores. O presidente do conselho, senador Ramez Tebet, sustentou que o ex-presidente do Congresso renunciava para fugir ao processo de cassação do mandato. Os senadores Antero de Barros e Roberto Freire, além da senadora Heloísa Helena, também rebateram as acusações de Antonio Carlos.

PÁGINAS 3 A 7



A repercussão

“Renúncia foi uma fuga ao processo de cassação do mandato”

– Ramez Tebet

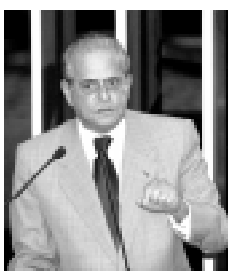
“Povo julgou ACM pelo passado de trevas, sombras, arrogância”

– Heloísa Helena

“O senador Antonio Carlos mentiu sempre, inclusive hoje aqui no Plenário”

– Antero de Barros

Para Antonio Carlos, Conselho de Ética não buscou fazer justiça, mas uma condenação politicamente conveniente



1 ACM fez discurso “destilado de ódio”, diz Tebet



2 No Plenário, 73 dos 81 senadores acompanharam o discurso de Antonio Carlos, de 69 minutos



3 Antero: ACM é “traidor, mentiroso e chantagista”



4 O ex-presidente do Congresso é cumprimentado após a renúncia



5 Para Heloísa, povo julgou ACM pelo “passado de trevas”



6 Freire acusa ACM de violar o Código Penal

● PREVIDÊNCIA

Senado aprova mudança na contribuição social dos produtores e agroindústrias

PÁGINA 12



● ESTATUTO DAS CIDADES

CAS acolhe novas diretrizes da política de desenvolvimento urbano

PÁGINA 9



Moreira quer reparar o que entende ter sido uma injustiça com os PMs do ex-território

Senado volta a discutir benefício a PMs de Rondônia

Em segundo turno, o Senado realiza hoje o primeiro dia de discussão da proposta de emenda à Constituição do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que transforma os integrantes da carreira de policial militar do ex-território de Rondônia em quadro em extinção da administração federal. O texto estabelece que esses policiais continuarão prestando serviço ao estado de Rondônia, na condição de cedidos pela União.

Dessa forma, Moreira Mendes pretende reparar o que entende ter sido uma injustiça do Senado com os policiais militares do ex-território de Rondônia. Ele disse que o Senado não permitiu emendas ao texto que resultou na reforma administrativa, para evitar que a matéria voltasse à Câmara dos Deputados. Com isso, não foi feita a alteração que beneficiaria esses policiais.

Na mesma sessão, o Senado vota projeto oriundo da Câmara para denominar "Rodovia Governador Antonio Mariz" o trecho federal da BR-230, situado entre a cidade de Cajazeiras e João Pessoa, na Paraíba. Na mesma sessão, o Senado vota decretos legislativos concernentes a seis emissoras de rádio.

Pedro Malan explica o caso Marka a duas comissões

CAE e CFC fazem reunião conjunta hoje para ouvir o ministro sobre operação de socorro cambial prestado pelo Banco Central

Está marcada para as 9h30 de hoje a reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC) para ouvir as explicações do ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre a posição do governo no episódio de socorro cambial prestado pelo Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam, por ocasião da mudança da política cambial do país, em janeiro de 1999. O responsável pela operação, Francisco Lopes, então presidente do Banco Central, disse ter montado a operação para evitar risco sistêmico (quebra em cadeia de todo o sistema financeiro) e Malan deve dar mais detalhes sobre o evento.

O ministro deve comentar também matéria publicada recentemente pela revista *Veja* em que Lopes, na presidência do Banco Central, é apontado como responsável pelo repasse de informações privilegiadas para ex-sócios do mercado financeiro, tendo sido chantageado por Salvatore Cac-



Malan deve ser indagado sobre denúncia de que socorro teria sido decidido em função de chantagem

ciola, dono do Marka, após este ter sido apanhado de surpresa pela mudança da política cambial do governo. A revista também atribuiu uma frase ao ministro Malan, de que somente contaria o que sabe em livro para ser publicado dez anos depois de sua morte.

Em carta que enviou à *Veja*, no último dia 21, o ministro Malan chamou a reportagem "A história secreta de um golpe bilionário", publicada pela revista, de "uma salada venenosa de história amplamente divulgada dois anos

atrás, com interpretações, ilações e requentadas insinuações". Ele sustenta que a saída de Francisco Lopes da presidência do Banco Central não teve nada a ver com o episódio de socorro aos bancos Marka e FonteCindam.

Depois do ministro da Fazenda, a CAE ouvirá, sobre o mesmo assunto, na próxima terça-feira, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e a diretora do Departamento de Fiscalização daquele órgão, Tereza Grossi.

Presidente da Federação Carioca fala sobre a situação da entidade

O presidente da Federação Carioca de Futebol, Eduardo Viana, será ouvido hoje, às 10h, pela CPI do Futebol. Os senadores investigam, entre outras denúncias, possíveis irregularidades na contabilidade da federação.

A CPI recebeu informações de que as contas da entidade apresentaram déficits nos últimos oito exercícios. Além disso, a operação contábil de transferência do prejuízo de



1999 para o ano 2000 não teria sido feita.

O depoimento de Eduardo Viana, que estava marcado para a semana passada, foi cancelado porque a federação do Rio de Janeiro não enviou os documentos solicitados pela CPI. Na última quinta-feira, o presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), anunciou que assessores do Senado iriam ao Rio para buscar as informações necessárias ao depoimento.

Subcomissão deve visitar área da Plataforma P-36

A Subcomissão Temporária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura criada para investigar as causas do acidente ocorrido com a Plataforma P-36 da Petrobras, na Bacia de Campos (RJ), tem reunião marcada para hoje, às 10h. Na ocasião, a subcomissão deverá agendar uma visita ao local do acidente e a realização de uma audiência pública sobre o assunto.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

9h15 — Recebe o ministro da Fazenda, Pedro Malan
16h — Participa da solenidade de posse dos ministros Marco Aurélio e Ilmar Galvão na presidência e vice do Supremo Tribunal Federal. *Sala de Sessões Plenárias do Tribunal.*

PLENÁRIO

10h — *Sessão deliberativa ordinária*
Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; PLC nº 62/00, que denomina Rodovia Governador Antonio Mariz o trecho federal da BR-230 entre a cidade de Cajazeiras e João Pessoa (PB); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 244/01, do senador Tião Viana, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 71/01, de sua autoria.

COMISSÕES

9h30 — *Reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle*
Pauta: exposição do ministro Pedro Malan, da Fazenda, acerca dos fatos veiculados pela revista *Veja*, edição nº 1.701, de 23-5-01 (caso dos bancos Marka e FonteCindam). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — *CPI do Futebol*
Pauta: depoimento do presidente da Federação Carioca, Eduardo Augusto Viana da Silva. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — *Subcomissão Temporária destinada a analisar o acidente com a Plataforma P-36 da Petrobras ocorrido na Bacia de Campos (RJ).*
Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

ESPECIAL

9h30 — *I Fórum Nacional de Saúde Ocular* — Oftalmologistas do Brasil e do exterior vão debater as principais causas da cegueira no Brasil e como o poder público pode atuar na sua prevenção. *Auditório Patrônio Portella*

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira
9h — *Sessão não deliberativa*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

RENÚNCIA DE ACM

Antonio Carlos se despede, faz críticas e senadores reagem

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) renunciou aos 20 meses de mandato que lhe restavam, num discurso de 69 minutos pronunciado na tarde de ontem, quando fez críticas à política econômica do governo e ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, e anunciou que pretende retornar ao Congresso nas próximas eleições.

Em entrevista à imprensa, o presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), sustentou que Antonio Carlos renunciava para fugir ao processo de cassação do mandato. Na opinião de Tebet, Antonio Carlos percebeu que o Plenário iria concordar com o conselho, que investigou por dois meses sua participação no episódio de violação do painel de votações do Senado.

Na presença de 73 dos 81 senadores, depois de ter chegado ao Congresso em meio a grande tumulto da imprensa e de correligionários, que gritavam *slogans* como "ACM é nosso rei", Antonio Carlos começou seu discurso com críticas à privatização e ao crescimento da dívida pública líquida. Ele ressaltou que, de 1994 a março último, a dívida federal passou de R\$ 153 bilhões para R\$ 589 bilhões, e disse que isso vai tornar o país "economicamente inviável". Não citou o nome de Fernando Henrique, mas recomendou ao presidente "mais humildade". Na sua opinião, a inflação está contida, "mas dificilmente não voltará como uma bomba de efeito retardado".

Antonio Carlos dirigiu as maiores críticas ao Conselho de Ética, acusado de fazer "um torpe processo de linchamento político" e "uma simulação de tribunal". Para ele, o conselho não buscou fazer justiça, mas uma condenação politicamente conveniente.

Poucos minutos depois, os senadores reagiram, em discursos e entrevistas à imprensa. O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), sustentou que faltava a Antonio Carlos "credibilidade, decência e autoridade moral" para criticar a política econômica.

O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), acusou Antonio Carlos de tentar usar a bandeira das oposições, que discordam da política econômica. Romero Jucá (RR), líder do PSDB, disse que Antonio Carlos tentava fazer da renúncia "o seu relançamento político" e praticava "uma vingança interna" contra alguns senadores que foram atuantes nas investigações do Conselho de Ética.

A vaga aberta com a renúncia será preenchida na manhã de hoje, quando tomará posse o filho do ex-senador, Antonio Carlos Magalhães Júnior, suplente, também do PFL. Antonio Carlos informou ao Plenário, por sua vez, que volta à Bahia para "recuperar ânimo e forças para voltar, em breve, a esta Casa. Ou além dela". Com a renúncia, ele não perde os direitos políticos, podendo se candidatar a qualquer cargo nas próximas eleições, inclusive à Presidência da República.

Fernando Henrique responsabilizado pela crise

Diante de um Plenário lotado, o senador Antonio Carlos Magalhães não poupou ataques ao governo federal. Ele responsabilizou o presidente pela crise energética, qualificou o governo de imprudente, moroso e autista, apontou números que comprovariam graves problemas da política econômica e acusou o Executivo de leniente com a corrupção.

— O povo brasileiro já não tem por que acreditar nos rumos seguros da nossa economia. A situação é muito grave, embora o principal artífice do governo sempre vá para a televisão de modo risonho dizer o contrário — acusou.

Na avaliação de Antonio Carlos, o país está à beira do abismo em consequência da crise energética e da queda assustadora nos investimentos que se avizinha. O governo não pode alegar não ter tido conhecimento prévio dessa situação, sustentou, pois o próprio presidente recebeu relatórios em 1996 e 2000 alertando para a iminência de um colapso. "E ele vai dizer que se surpreendeu com a falta de solidariedade de São Pedro", completou.

Ao apontar erros no governo, o senador atacou alguns dos seus mais notórios adver-

sários políticos. Criticou especificamente os ministérios da Saúde e dos Transportes, comandados, respectivamente, por José Serra (PSDB) e Eliseu Padilha (PMDB).

— O presidente tem que comandar todos os setores da administração. Se não os comanda, acaba fazendo delegações a quem não merece recebê-las. Os resultados são funestos para o país. São muitos os exemplos no seu ministério. A saúde vai mal, as estradas estão péssimas em todo o país — disse.

Aquele que tem sido seu principal contendor em trocas de acusações — o presidente do Senado, Jader Barbalho — não sofreu ataques diretos.

— O Brasil quer que Vossa Excelência preste as explicações indispensáveis sobre os casos da Sudam, do Banpará e do Polígono dos Castanhais — disse o senador baiano, garantindo que seu discurso era uma colaboração para com o próprio Jader.

Ao final do pronunciamento, Jader delegou ao vice-presidente Edison Lobão (PFL-MA) a incumbência de levar os cumprimentos da Mesa a Antonio Carlos.



Antonio Carlos fez discurso de 69 minutos para renunciar ao mandato

Conselho de Ética acusado de buscar condenação política

A atuação do Conselho de Ética no processo de apuração da violação do painel eletrônico foi duramente atacada por Antonio Carlos Magalhães em seu discurso de renúncia. Segundo Antonio Carlos, ao aprovar o relatório que pedia a abertura de processo de cassação contra ele e José Roberto Arruda, o conselho deixou claro que objetivava uma condenação politicamente conveniente, "para deixar intacta a crise ética que rói as mais importantes instituições brasileiras".

Ainda que sem citá-lo nominalmente, Antonio Carlos fez claros ataques ao presidente do Conselho de Ética, Ramez

Tebet: "Não serão esses falsos moralistas que traçarão o meu destino. Não serão os rábulas do Pantanal travestidos de bacharéis que se projetarão à minha sombra". Tebet é formado em Direito e atuou como promotor público na década de 60 no Mato Grosso.

O relator do processo, Roberto Saturnino, também foi alvo das críticas de Antonio Carlos, para quem o senador do Rio de Janeiro desconhecera os fundamentos jurídicos que embasariam o seu relatório. "Eu fui considerado o prefeito do século em Salvador. Compreendo, embora não aceite, as atitudes de quem já foi considerado o pior prefeito de toda a história do Rio de Janeiro", afirmou. Saturnino foi prefeito do Rio entre 1985 e 1988.

Antonio Carlos comentou também a lista com os votos dos senadores na sessão de cassação de Luiz Estevão. Reiterando ter destruído a relação, ele disse acreditar que ainda existe cópia. "O ex-senador Arruda poderia prestar um grande serviço à nação se a divulgasse. Quantos outros, ainda, iriam corar... É certo que faria sofrer aos que traíram seus partidos, repletos de dogmas, e às próprias consciências", disse.

Processo de cassação é atribuído a vingança

O discurso de renúncia do senador Antonio Carlos Magalhães foi uma tentativa de transformar um revés em vitória política. O líder baiano baseou sua estratégia na tese de que todo o processo de investigação sobre a violação do painel de votação no Senado teve uma única motivação: a vingança por razões políticas movida por adversários "que fingem defender a ética, mas não a praticam".

Antonio Carlos reafirmou a defesa de moralidade pública e da ética, causa da perseguição de que alega ser vítima. "Promovo, contra a vontade de altas figuras da República, a mais ampla e importante cruzada de que se tem notícia em toda a história do Brasil contra a corrupção e os corruptos, e, no entanto, sou obrigado a deixar o Parlamento, sob a absurda acusação de quebra de decoro", afirmou.

O agora ex-senador frisou que a renúncia não significava uma derrota, muito menos o afastamento da vida pública. "Não são poucos os que desejam calar a minha voz, mas ninguém vai consegui-lo. Somente o povo da Bahia me fará silenciar, no dia

em que eu deixar de ser digno de sua confiança." Ele disse ainda que o ato representa um compromisso pela ética. "Erigir impessoalidade como forma de ação, combatendo toda a sorte de tentações subterâneas, significa combater o apadrinhamento e o privilégio", ressaltou, para afirmar em seguida que pretende recuperar na urnas, em 2002, o mandato de senador.

Como já fizera o ex-senador José Roberto Arruda, que renunciou na última quinta-feira, Antonio Carlos procurou minimizar a gravidade de sua participação na violação do painel. "Posso assegurar que não cometi qualquer crime contra o erário, não fiz advocacia administrativa, não procurei enriquecer a quem quer que fosse. Não furtei. Ao contrário, aponte ladrões que ainda estão impunes."

Também como Arruda, Antonio Carlos disse ter sofrido um "linchamento público", orquestrado por setores da imprensa. "O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, vergonhosamente, deixou-se fazer refém de uma parcela da imprensa. Lá, repórter virou promotor e procurador da República virou repórter", atacou.



Plenário lotado de parlamentares assistiu ao discurso de renúncia

RENÚNCIA DE ACM

Decisão é pessoal e deve ser respeitada, diz Jader

Ao deixar ontem o Plenário, após presidir a sessão, o presidente do Senado, Jader Barbalho, recusou-se a comentar a renúncia de Antonio Carlos Magalhães e assegurou que a Casa prosseguirá sua rotina normalmente.

— Não há o que se comentar mais de uma decisão, que é pessoal, de encerrar esse episódio do painel se retirando do Senado. Há que ser respeitada essa decisão — afirmou.

Jader disse que ouviu o discurso de renúncia de Antonio Carlos a partir desse entendimento.

— Desde que assumi a Presidência a tenho exercido sem nenhuma restrição, e hoje presidi levando em conta que me achava diante de uma decisão de natureza pessoal — observou.

Jader discordou que o Senado estivesse parado, e afirmou que, embora o episódio do painel tenha ultimamente concentrado as atenções, matérias importantes estão tramitando. Uma delas, a Lei das Sociedades Anônimas, deverá ser votada em junho, e a rotina da Casa não será alterada.

— Agora assumirá o suplente. Nós políticos passamos. O importante é que as instituições permaneçam, para que possam servir ao Brasil e à democracia. O Senado, como instituição, continuará cumprindo o seu dever. Nenhum de nós individualmente é maior do que o Senado — disse.

Ainda segundo a avaliação de Jader, “nada de relevante” foi acrescentado por Antonio Carlos às declarações anteriores envolvendo o seu nome.

Segundo Jader, o Senado não parou durante as investigações sobre a violação do painel



Para o presidente do Senado, “clima de denunciismo não é bom”

O presidente do Senado, Jader Barbalho, criticou na manhã de ontem o clima de “denunciismo” vigente e alertou que “isso não é bom nem para o Congresso nem para o país”. O senador lembrou que a nação tem problemas graves a enfrentar, como a crise de energia, e o Legislativo precisa voltar-se para temas importantes como a nova Lei das Sociedades Anônimas, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e outras matérias “da maior relevância” a serem examinadas.

A polêmica em torno da lista de votação que foi extraída do painel eletrônico do Senado, por ocasião da votação secreta que cassou o mandato do senador Luiz Estevão, foi classificada por Jader como “fora de moda”. Após tantas negativas sobre a existência de cópia da relação, observa o presidente do Senado, “a lista não tem credibilidade, como também não tem credibilidade que se discuta um assunto cuja votação foi secreta, há mais

de um ano, e caso surja um documento agora, legalmente ele não tem valor, como moralmente também não terá valor algum”.

Jader disse encarar como “uma bobagem essa curiosidade sobre como votaram as pessoas” em torno de um fato superado. “Não vejo como isso colabora para o país”. O senador preferiu não fazer qualquer “juízo” a respeito dos estudos que teriam sido encomendados por parlamentares do PFL para avaliar se o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) poderá ser denunciado junto ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, se realmente teve conhecimento antecipado da existência da lista de votação. “Não conheço o assunto”, explicou.

A questão em torno da possibilidade de o presidente da República ter tido ou não notícia da lista também é vista como “irrelevante” por Jader Barbalho. “Irregularidade cometeu quem pegou a lista”, concluiu.

Antonio Carlos Magalhães: meio século no poder

Antonio Carlos Magalhães passou meio século quase ininterruptamente no poder. Baiano de Salvador, 74 anos incompletos, três pontes de safena, Antonio Carlos foi deputado estadual, deputado federal, prefeito, governador e ministro, e sua carreira atingiu o ápice com a eleição para a Presidência do Senado.

Médico higienista, começou sua vida política no diretório estudantil da Faculdade de Medicina da Bahia, mas desde o ginásio militava no jornalismo. O pai, Francisco Peixoto de Magalhães, havia sido deputado na Assembléia Nacional Constituinte de 1934 e era da corrente de Juracy Magalhães, um dos principais chefes políticos do estado desde a Revolução de 30.

Em 1954, iniciou seu primeiro mandato parlamentar como deputado estadual pela UDN. Ainda sob essa legenda, elegeu-se quatro anos depois deputado federal, mas passou a apoiar o presidente Juscelino Kubitschek, que se elegeu pelo PSD, combatendo a liderança do chefe udenista Carlos Lacerda. Como telefonava regularmente às 7h para Juscelino, ganhou de seus adversários o apelido de “Despertador de JK”. Antonio Carlos também combateu o udenista Jânio Quadros (presidente de janeiro a agosto de 1961) e seu sucessor, João Goulart.

Durante o regime militar, Antonio Carlos foi nomeado prefeito de Salvador pelo governador Luiz Viana Filho, em fevereiro de 1967, interrompendo mandato de deputado federal para o qual fora eleito em novembro do ano anterior. Em abril de 1970, reassumiria o mandato de deputado, e já em outubro seria eleito governador da Bahia pela Assembléia Legislativa, por indicação do presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici.

Em 1975, foi nomeado pelo presidente da República, general Ernesto Geisel, para presidir a Eletrobrás. Dali só sairia em 1978, depois de se mostrar contrário à compra da empresa canadense Light. Foi eleito no mesmo ano governador da Bahia pelo Colégio Eleitoral (eleição indireta) e no ano seguinte pôs em circulação o jornal *Correio da Bahia*, em sociedade com o ex-governador Antonio Balbino e o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Em 1980, já no governo do general João Figueiredo, filiou-se ao PDS. Durante sua segunda gestão na Bahia, que durou até 1983, tratou com rigor a greve da Polícia Militar e o quebra-quebra dos ônibus provocado por aumento de tarifas.

De 1985 a 1990 (governo José Sarney), foi ministro das Comunicações. Sua passagem pela pasta foi marcada pelo aumento do número de concessões de autorização para o funcionamento de emissoras de rádio e televisão. Em 1991, voltaria, pela terceira vez, ao governo da Bahia, em eleição direta. E em 1995 chegaria ao Senado para um mandato previsto para acabar em 2003.

Em fevereiro de 1997, iniciou seu primeiro man-

dato como presidente do Senado, marcado pelo empenho na aprovação das reformas consideradas necessárias pelo Executivo para a estabilização econômica. Naquele momento, a aliança com Fernando Henrique ainda não estava abalada e a atuação de Antonio Carlos foi coordenada com o trabalho feito na Câmara dos Deputados por seu filho Luís Eduardo Magalhães, que presidira aquela Casa nos dois anos anteriores.

Conforme balanço exibido em sua página na Internet, Antonio Carlos implementou uma série de reformas administrativas no Senado, reduzindo gastos em cerca de R\$ 1,5 milhão e obrigando agências de viagens e dos Correios a pagar aluguel. O fato mais marcante desse período foi a morte de Luís Eduardo em abril de 1998. Antonio Carlos sonhara com a eleição do filho para a Presidência da República em 2002.

No segundo mandato (1999-2000), Antonio Carlos mostrou crescente independência em relação a Fernando Henrique. Mas deu cartadas em outras direções. Uma delas foi a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Poder Judiciário, em 1999, que abriu flancos numa área até então intocada e lhe rendeu dividendos junto à opinião pública. O passo seguinte foi uma aproximação com teses históricas da esquerda, como o combate à pobreza e o aumento do salário mínimo. Esses movimentos, aliados à briga com o governo pela limitação das medidas provisórias, resultaram em aumento de prestígio no seio de todos os partidos.

Em meio a essa aproximação com a esquerda, crescia a disputa com o senador Jader Barbalho, com quem manteve troca de acusações de corrupção em Plenário. Essa disputa levou Antonio Carlos a encontrar-se com procuradores da República para tratar de irregularidades que teriam sido cometidas no âmbito da Sudam.

Na conversa, acabou revelando aos procuradores que havia uma lista da votação secreta da cassação de Luiz Estevão. Com isso, abriu o caminho para que fosse instaurada investigação sobre a violação do painel eletrônico, que resultou na decisão do Conselho de Ética de encaminhar à Mesa do Senado pedido de abertura de processo contra Antonio Carlos por quebra de decoro parlamentar.



No segundo mandato como presidente do Senado, ACM distanciou-se do governo



No Conselho de Ética, ACM foi acareado com a ex-diretora do Prodasen Regina Borges e o senador José Roberto Arruda

RENÚNCIA DE ACM

Tebet repele críticas ao Conselho de Ética e lamenta discurso “destilado de ódio”

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) repudiou as críticas feitas à atuação do Conselho de Ética pelo senador Antonio Carlos Magalhães em seu discurso de renúncia. Como presidente do conselho, ele disse que não poderia assistir impassível a um discurso de renúncia “destilado de ódio”, que procurou desqualificar até o relator do caso da violação do painel eletrônico, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), “uma figura ímpar e irrepreensível”.

Lembrando que nunca pediu para presidir o Conselho de Ética, Tebet repeliu o fato de Antonio Carlos tê-lo tratado de “rábula do Pantanal”.

– Tenho orgulho da minha origem, Deus me deu a felicidade de ter nascido no Pantanal, mas não aceito a forma como isso foi colocado – frisou.

Ele também rebateu as afirmações de Antonio Carlos de que o conselho teria se comportado como um tribunal de linchamento.

– O Conselho de Ética foi acusa-



Ramez Tebet: Conselho de Ética merece aplausos pela atuação “correta, digna e honrada”

do, tripudiado e agredido por Antonio Carlos Magalhães, mas está merecendo de todos nós e da sociedade os aplausos pela maneira correta, digna e honrada com que vem conduzindo os seus trabalhos – afirmou Tebet.

Ele comentou que os membros do conselho apenas apontaram uma direção que

poderia acarretar a perda do mandato, mas sem veredicto definitivo.

A forma como Antonio Carlos fez o seu discurso de renúncia também foi criticada por Tebet, principalmente nos momentos em que o senador baiano imitou alguns senadores ou fez insinuações contra outros. “Não podemos assistir calados a alguém que diz que não guarda ódio, mas destila esse ódio contra o presidente do conselho, chamando-o de faccioso e fascista, e agride outros membros só porque não votaram a favor das teses defendidas por ele”, opinou.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou que

o conselho não poderia agir de outra forma ao propor a abertura de processo. “Houve um crime e um cadáver no meio da sala quando a Unicamp comprovou a violação do painel. Tínhamos que prestar contas disso”, avaliou. Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) observou que a renúncia de Antonio Carlos representa o fim do ciclo do chefe, do que manda, do dono da Bahia. “Ele pode até voltar daqui a dois anos, mas vai ser apenas um senador da Bahia, como eu sou senador do Rio Grande do Sul”, comparou.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) também elogiou a atuação de Tebet como presidente. O senador Lindberg Cury (PFL-DF) reforçou os elogios ao presidente do conselho e disse que Ramez Tebet se comportou como juiz ao presidir as reuniões.

Ao final do seu pronunciamento, Tebet elogiou a postura do presidente do Senado, Jader Barbalho, durante o discurso de renúncia de Antonio Carlos, e pediu que ele solicitasse a indicação dos novos senadores que integrarão o Conselho de Ética, já que o mandato dos atuais se encerrará no dia 30 de junho. Jader renovou aos líderes o apelo para que sejam tomadas as providências para a indicação dos novos membros do Conselho de Ética.

Saturnino: “Não vou bater em quem saiu derrotado”

O relator no Conselho de Ética das investigações sobre a violação do painel de votações, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), mencionado por Antonio Carlos em seu discurso de renúncia, afirmou à imprensa que não iria rebater as declarações. “Eu poderia bater, mas vamos deixar que ele vá embora em paz. Não vou bater em quem saiu derrotado”, ressaltou.

Saturnino observou que Antonio Carlos, “depois de ter procurado entre as centenas de dossiês do mundo”, só encontrou uma coisa sobre sua vida: a falência da prefeitura do Rio de Janeiro. “No entanto é o fato mais transparente do Rio de Janeiro. Eu mesmo declarei a falência do Rio, com total ética. Acho que ele gostaria de ter encontrado alguma coisa pesada contra minha pessoa, mas só achou um fato público e transparente.”

– Antonio Carlos Magalhães não disse nada de novo. Tudo que ele mencionou as oposições denunciam há anos. O povo não é bobo e percebe que ele, no desespero, pegou até mesmo as bandeiras da oposição. Mas ele está na 25ª hora. Chegou atrasado – opinou Saturnino.



Segundo Saturnino, ACM “não disse nada de novo”

Para Renan Calheiros, ACM repetiu denúncias sem provas

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), disse que Antonio Carlos Magalhães “repetiu denúncias sem provas” em seu discurso de renúncia, e observou que as críticas que fez à política econômica “estão com alguns anos de atraso”, lembrando que ACM fez parte da base política do governo nos últimos seis anos.

– Foi um discurso sem brilho

e Antonio Carlos não teve a decência de José Roberto Arruda, que reconheceu da tribuna seu erro na violação do painel de votações. Preferiu requestrar suas denúncias – afirmou.

Renan Calheiros considera que o discurso “não terá o eco esperado por Antonio Carlos”, especialmente “porque ele faz as mesmas denúncias, todas elas sob investigação do governo, insinua que existem coisas ainda não investigadas, mas não apresenta prova de nada”.

– Com sua renúncia, ganham a política e o país. Com a saída de Antonio Carlos, o Senado encerra um período de mal-estar e de ódio – observou o líder peemedebista.



Renan Calheiros diz que foi um discurso sem brilho

Dutra considera “patético” o pronunciamento de Antonio Carlos

“Sinceramente, acho patético alguém que está renunciando para não ser cassado se arvorar no direito de dar lição de moral, de adotar uma posição de santo, que está saindo porque esta é uma Casa de bandidos”, comentou o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) logo após ouvir o discurso de renúncia de Antonio Carlos Magalhães. Na opinião de Dutra, Antonio Carlos renunciou porque sabia que tinha quebrado o decoro parlamentar e seria cassado. “Também renunciou para poder disputar a eleição na Bahia e por não ter coragem de enfrentar o processo de cassação até o fim”, acrescentou, considerando que foi dada uma importância demasiada ao discurso de renúncia.

O líder do Bloco Oposição repudiou as acusações de Antonio Carlos de que o processo de investigação no Conselho de Ética teria sido “um espetáculo circense”. Para Dutra, espetáculo circense tornou-se o próprio discurso de renúncia, que, em seu entendimento, foi negociado com o governo federal para preservar os cargos que o PFL ain-

da mantém na Bahia. “A sobrevivência do ‘carlismo’ depende dos cargos federais e, com o discurso brando que Antonio Carlos fez, está claro que houve uma combinação”, acrescentou. Quanto às acusações

ao Conselho de Ética, ele viu semelhanças com afirmações do ex-senador Luiz Estevão.

– As mesmas acusações ao conselho foram feitas por Luiz Estevão. Os dois discursos dizem

a mesma coisa: que foi um processo sumário, que não houve chance de defesa e que era para aparecer – enumerou.

A decisão anunciada por Antonio Carlos de se candidatar em 2002 ao Senado, na avaliação de Dutra, não é por vontade de voltar à Casa. “Ele vai se candidatar a senador porque sabe que é mais fácil se eleger, pois tem medo de disputar o governo e perder”, afirmou.

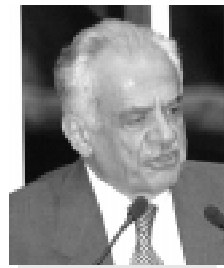
Renúncia é o fim de uma era, afirma Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que a renúncia de Antonio Carlos Magalhães representa o fim de uma época, ressaltando que os chamados coronéis e chefes políticos “não têm mais lugar na vida pública brasileira”.

Para Simon, o discurso de renúncia marcou o último capítulo de um Brasil que começou com as capitânicas hereditárias e, “graças a Deus, terminou hoje”.

– Não teremos mais esse tipo de político que pensa que é dono da opinião pública – frisou.

Sobre a afirmação do ex-senador de que deseja retornar pelo voto ao Congresso, Simon disse não ter certeza se realmente Antonio Carlos vai ser eleito, ressaltando que, mesmo se o for, “voltará como um cidadão comum e não como um coronel dono da consciência do seu país”.



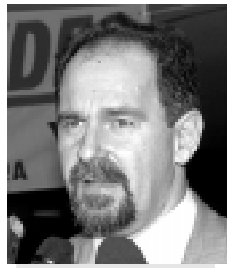
Simon observa que não há mais lugar para “coronéis”

Fogaça vê fato marcante na vida política do país

O senador José Fogaça (PMDB-RS) analisou a renúncia de Antonio Carlos Magalhães como um “ato de foro íntimo”, e o exercício de um “direito inalienável” de cada parlamentar. Ele reconheceu, contudo, que o gesto de Antonio Carlos foi um “fato marcante e traduziu um momento significativo na vida política do país”.

Fogaça acrescentou que a renúncia de ACM deve ser vista como o fim de um tempo em que os mandatos dos parlamentares eram “sagrados e intocáveis”. Depois desse episódio, observou, os mandatos tornam-se “mais frágeis e dependendo de maiorias”.

– Meu medo é de que, se você tiver muitos adversários, possam ser criadas situações de injustiça. Mas esclareço que nesses casos recentes não houve injustiça, embora me assuste a onda punitiva baseada no desejo de vingança política – frisou.



Dutra: discurso foi combinado com o governo



Fogaça acha que os mandatos se tornam mais frágeis

RENÚNCIA DE ACM

Antero de Barros: Antonio Carlos é traidor, mentiroso e chantagista

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) acusou ontem, em Plenário, Antonio Carlos Magalhães de “traidor, mentiroso e chantagista”. Em resposta ao discurso que Antonio Carlos acabara de pronunciar, Antero salientou que o ex-senador mentiu incontáveis vezes em todo o episódio e renunciou para fugir de uma inevitável cassação por quebra de decoro parlamentar.

Antero listou o que considerou mentiras de Antonio Carlos, destacando que, até que a fraude fosse comprovada, ele negou veementemente ter participado da violação do painel.

— O senador Antonio Carlos Magalhães mentiu sempre, inclusive hoje aqui no Plenário. Não há também como negar o seu perfil de traidor, reafirmado em seu último discurso — disse, lembrando a trajetória de Antonio Carlos, que participou de vários governos e saiu quando lhe foi oportuno.

De acordo com Antero, Antonio Carlos teve atitude semelhan-



Antero disse que ACM traiu os governos de Juscelino, Figueiredo, Sarney e FHC

te nos governos de Juscelino Kubitschek, João Batista Figueiredo, José Sarney e Fernando Henrique Cardoso: o político baiano retirou seu apoio no fim, depois de exercer o poder com desenvoltura. Quanto ao ex-presidente Fernando Collor de Mello, cassado por corrupção, Antonio Carlos foi solidário até o fim, lembrou.

Fazendo referência à crise

energética no país, citada por Antonio Carlos em seu discurso, Antero disse que o setor energético era assunto do senador baiano.

— ACM foi, na verdade, o ministro de Minas e Energia. Os dois indicados de “Sua Excelência” não despachavam com o presidente Fernando Henrique: cumpriam ordens de ACM — disse, considerando que o governo teve culpa na crise energética, especialmente ao confiar em Antonio Carlos.

As diferenças entre o patrono do Senado Federal, o baiano Rui Barbosa, e o ex-senador Antonio Carlos Magalhães também foram destacadas no discurso de Antero. Ele apontou para a vida honrada e ética de Rui Barbosa.

Em aparte, Sebastião Rocha (PDT-AP) apoiou o pronunciamento de Antero e solidarizou-se com os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Roberto Saturnino (PSB-RJ), atacados por Antonio Carlos. Hugo Napoleão (PFL-PI) defendeu Antonio Carlos, negando que ele tenha traído Juscelino Kubitschek.

Lobão diz que senador está pronto para retomar luta

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que o ex-senador Antonio Carlos Magalhães estava abalado e emocionado ao entrar em seu gabinete, após o discurso em que renunciou ao mandato. “Não é para menos, Antonio Carlos está abandonando a vida pública depois de 47 anos, não por vontade própria, mas por contingência da vida política”, disse. Lobão afir-



Edison Lobão vê “contingência da vida política”

mau que Antonio Carlos estava, no entanto, perfeitamente orientado, pronto para prosseguir na sua luta política, “servindo ao país como tem feito ao longo de quase 50 anos”.

Lobão disse ainda que Antonio Carlos está confiante de que voltará eleito ao Senado, porque acredita que o povo da Bahia não lhe faltará, “como nunca faltou”.

Tião Viana: povo queria saída de ACM e Arruda

Para o senador Tião Viana (PT-AC), a renúncia de Antonio Carlos foi pautada pelo “imaginário popular”. Ele explicou que, diante das graves denúncias, o povo brasileiro formou opinião contrária à permanência no Senado de Antonio Carlos e do ex-líder do governo José Ro-



Viana: renúncia pautada pelo imaginário popular

berto Arruda.

— Às vezes o julgamento popular cria novas modalidades de Justiça — disse Tião Viana, que considerou o discurso de Antonio Carlos “a tradução do que está se passando no interior dele e do momento crucial que vive o país”.

Marina aponta injustiça com o Conselho de Ética



Marina: população intensificará cobrança de ética

A senadora Marina Silva (PT-AC) considerou ontem injusta a declaração do senador Antonio Carlos Magalhães de que o Conselho de Ética não

buscou a verdade, e sim uma condenação politicamente conveniente. Para Marina Silva, o conselho agiu de forma adequada quando indicou um procedimento regimental — a cassação —, que seria decidido em Plenário.

— Há um convencimento sobre a ocorrência da quebra do decoro parlamentar — ressaltou Marina.

A senadora disse que o episódio da violação do painel eletrônico do Senado pode representar o início de um processo social de conscientização política. A população intensificará a cobrança de ética e lisura nas ações dos parlamentares, opinou.

Senador pode continuar na vida pública, prevê Tuma

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que só seria digna de credibilidade uma lista de como votaram os senadores na cassação do senador Luiz Estevão se ela fosse tirada do computador que gerenciava o painel eletrônico do Senado na época da votação e que hoje está sob perícia da Corregedoria



Tuma acompanhou investigações sobre o painel

da Casa. Tuma, que é corregedor do Senado, acompanhou as investigações, perícias e depoimentos que comprovaram a violação do painel.

Quanto à renúncia de Antonio Carlos, Tuma acha difícil avaliar o

que considera uma posição individual, mas disse ser possível projetar o que Antonio Carlos imaginou. “Se o processo continuasse, pela decisão do conselho tudo indica que Antonio Carlos seria cassado. Isso acabaria com a possibilidade de ele continuar na vida política, a suspensão por oito anos é muito longa”, disse. Com a renúncia, arrematou, Antonio Carlos perde um ano e meio de mandato no Senado, mas pode continuar na vida pública, continuar o trabalho na Bahia e talvez até voltar ao Senado.

Mauro Miranda: quebra de decoro exige cassação

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) considerou sábia a renúncia de Antonio Carlos Magalhães, mas preferiu não comentar o ato, por considerá-lo “uma decisão pessoal, de foro íntimo”. Quanto às reclamações de Antonio Carlos sobre a atuação do Conselho de Ética, Mauro Miranda



Mauro Miranda: Constituição é explícita

afirmou que o país inteiro acompanhou o trabalho do colegiado e que efetivamente ocorreu quebra de decoro parlamentar.

— Nesses casos, a Constituição

federal é muito explícita: se houve quebra de decoro parlamentar, deve haver cassação de mandato — disse, lembrando que a Constituição não prevê gradação para a quebra de decoro, grave, médio ou simples.

O senador vê um aspecto positivo no caso da violação do painel de votação do Senado. Para ele, apesar de a imagem dos políticos ter sido denegrida, ficou mais claro para a população brasileira que todos podem errar e que não há pessoas sem defeitos.

Jefferson Péres afirma que senador errou gravemente

“Antonio Carlos Magalhães porejou amarguras em seu discurso de renúncia e além disso foi deselegante com alguns colegas e desrespeitoso com a Casa”, afirmou o senador Jefferson Péres (PDT-AM). Para ele, a saída de Antonio Carlos encerra uma era “impregnada da cultura autoritária, de impunidade e de arbitrariedades”.

— A reação ao discurso em Plenário não foi imediata porque ninguém quis tripudiar sobre quem já



Jefferson: fim de era impregnada por cultura autoritária

está vencido — ressaltou Jefferson.

O senador considerou injusta a avaliação de Antonio Carlos sobre os membros do Conselho de Ética.

— Pode ser que alguém tenha agido mal com o próprio Antonio Carlos, tendo prometido que iria votar favoravelmente a ele e depois o tenha traído. Quanto aos demais, agiram com isenção. Não havia o que fazer, pois ele errou gravemente no episódio de violação do painel.

RENÚNCIA DE ACM

Freire compara Antonio Carlos aos "anões do Orçamento"

O senador Roberto Freire (PPS-PE), em pronunciamento no Plenário, comparou a renúncia de Antonio Carlos Magalhães ao gesto realizado pelos parlamentares que ficaram conhecidos como "anões do Orçamento".

— A ação não tem nenhum motivo nobre. O senhor Antonio Carlos Magalhães renunciou para fugir do voto consciente deste Plenário contra seu ato comprovado de ter violado o sigilo de voto desta Casa.

Roberto Freire considera que, com

a renúncia, ACM teve por objetivo fugir de um processo de cassação. "Foi uma mera ação visando se livrar de um processo por ação indecorosa de violação do painel do Senado", disse Freire. Para ele, Antonio Carlos teria infringido não apenas o decoro parlamentar, mas também o Código Penal, cometendo crime de prevaricação.

— Eu fico indignado quando ele tenta passar para a sociedade que o culpado é o Conselho de Ética, o voto da senadora Heloísa Helena ou do senador Ramez Tebet. Existe aí uma inversão de valores e isso precisa ficar registrado para a Casa — afirmou Freire, acrescentando que não há interesse em discutir o voto desses senadores,

"já que eles não cometeram nenhum crime e Antonio Carlos Magalhães cometeu".

Freire contestou ainda o que considerou tentativas de Antonio Carlos de impor lições de moral ao Senado. Ele considera que a Casa "não vai receber lição de moral do senhor Antonio Carlos".

— Ele vem aqui como se fosse o campeão da moral e fala inclusive da moral de um governo que ele serviu e, se não denunciou ações que julga imorais, indecentes e até criminosas, poderia mais uma vez estar cometendo crime de prevaricação.

O senador lembrou que Antonio Carlos não era um simples militante, mas um dos principais líderes do governo.

Em aparte, o líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), afirmou que a renúncia de Antonio Carlos foi um gesto político, da mesma forma que teria sido um processo político a atuação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Napoleão apresentou seu aparte ao discurso de Freire dizendo que ele atacava pelas costas alguém que não tinha mais o direito de defesa no Senado. Freire ressaltou que tudo o que disse já afirmara na presença do senador Antonio Carlos.



Para Roberto Freire, ACM teve por objetivo fugir do processo de cassação

Heloísa aponta "passado de trevas e corrupção"

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) rebateu as afirmações do senador Antonio Carlos Magalhães de que os integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar cometeram uma injustiça. Ela recomendou a adoção da serenidade como forma de "seguir em frente

com as obrigações constitucionais", comparando a decisão do conselho à de um juiz de futebol ao expulsar de campo um jogador desqualificado, "por mais que ele reaja ferozmente".

Para Heloísa Helena, o povo jul-



Segundo Heloísa Helena, o julgamento foi feito pelo povo

gou Antonio Carlos por seu "passado de trevas, sombras, arrogância, corrupção, cinismo e dissimulação". A senadora disse que continuará a ensinar a seus filhos que o crime não compensa e que "a mais suprema satisfação moral de um ser pensante é ser extremamente escrupuloso no campo das idéias e das ações".

Ela afirmou ainda que continuará lutando como milhares de mulheres brasileiras. E finalizou sua fala citando o poema "É preciso não ter medo", de Carlos Marighella.

Suplicy: é improvável que FHC não tivesse visto a relação com os votos



Para Suplicy, FHC deve esclarecer se viu ou não a lista

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem em Plenário carta enviada a Fernando Henrique Cardoso em que pede esclarecimento sobre a participação do presidente no episódio da lista de votação da sessão em que foi cassado o senador Luiz Estevão e sobre as razões da demissão de Francisco Lopes da presidência do Banco Central. A carta foi resposta de Suplicy à declaração de Fernando Henrique que considerou irresponsável artigo publicado pelo senador no *Jornal do Brasil* sob o título "A importância de se saber toda a verdade".

Suplicy considera improvável que Fernando Henrique não tivesse recebido de seu então líder no Senado, José Roberto Arruda, relato sobre a violação do painel eletrônico do Senado e a extração de uma lista com a identificação dos votos a favor e contra a cassação de Estevão, fatos ocorridos em 27 e 28 de junho de 2000.

— Também é de senso comum a suposição de que o presidente do Senado à época, eleito e reeleito com o apoio de toda a base de sustentação do governo, e que naquela data ainda mantinha relação amistosa com Vossa Excelência, lhe relataria o conteúdo daquela conversa — diz Suplicy na carta, referindo-se ao encontro em que Arruda entregou a lista a Antonio Carlos.

Em breve comunicação de liderança feita após o discurso do senador petista, o líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), disse que o presidente não tomou conhecimento da lista nem tratou do assunto com ninguém.

— Os senadores Antonio Carlos e Arruda deixaram claro no Conselho de Ética que não comentaram sobre a lista com o presidente — afirmou Jucá.

Jucá considera improcedentes críticas ao sistema elétrico

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), considerou improcedentes as críticas feitas pelo senador Antonio Carlos Magalhães, durante o discurso de renúncia, às deficiências do sistema elétrico brasileiro, por considerar que o comando dos dois ministérios ligados ao setor estava sob a responsabilidade de integrantes do PFL baiano.

Apesar de dizer que não quer polemizar com Antonio Carlos, Jucá respondeu às acusações de que não há por parte do governo esforços para combater a corrupção.

— Antonio Carlos Magalhães esqueceu de dizer que o governo criou a Corregedoria da União, extinguiu a Sudam e a Sudene e está

tomando todas as medidas para apurar as denúncias — declarou o líder do governo.

No entendimento de Jucá é inconsistente a avaliação de Antonio Carlos quanto aos problemas da política econômica do governo. Para ele, alguém que pertenceu à base do governo durante seis anos não tem condições de proferir críticas tão duras como as que Antonio Carlos fez em seu discurso, que ele classificou de político-eleitoreiro.



Jucá disse que afirmações de ACM são inconsistentes

ACM não saiu enfraquecido com a renúncia, diz Ornélas

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) referiu-se à renúncia de Antonio Carlos Magalhães como um momento natural da vida pública, acrescentando que o agora ex-senador não saiu enfraquecido do episódio. Ele disse que, desde o início das investigações pelo Conselho

de Ética e Decoro Parlamentar, ACM foi vítima de linchamento político. Ele ressaltou que a decisão de renunciar corresponde às expectativas do povo baiano, que quer elegê-lo para o Senado no



Waldeck Ornélas avalia que houve "linchamento político"

próximo ano.

Ornélas considerou importante que Antonio Carlos tenha lembrado que levava ao presidente da República os problemas que observava na política econômica. O senador disse também que, quando ministro da Previdência, também

tentava enfatizar o social e não recebia a devida atenção. Em rápida retrospectiva sobre a vida do ex-senador, Ornélas disse que, quando presidente do Senado, ACM trabalhou pelo interesse da sociedade.

Lúcio Alcântara critica a "falta de humildade"

A "falta de humildade" no discurso de renúncia de Antonio Carlos Magalhães foi o que mais chamou a atenção do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Na sua avaliação, mesmo sendo detentor dos principais meios de comunicação da Bahia, Antonio Carlos terá dificuldades em se eleger novamente para qualquer cargo eletivo.

Alcântara acredita que o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), responsável pelo relatório que



Para Alcântara, "a política ganha com a renúncia"

propôs abertura de processo contra Antonio Carlos, deve orgulhar-se de ter sido criticado pelo político baiano. Alcântara ressaltou que, ao contrário de ACM, Saturnino não tem nenhum problema no campo ético.

A saída do ex-presidente do Senado do cenário político, continuou Alcântara, deve ser entendida como algo positivo, uma possibilidade de renovação. "A política ganha com a renúncia de Antonio Carlos", declarou.

Suplicy quer mais dados do TCU sobre irregularidades

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pretende que o Tribunal de Contas da União (TCU) informe os nomes dos responsáveis, os valores envolvidos e as providências adotadas em casos de irregularidades identificadas nas auditorias. A



Suplicy: informações enviadas são incompletas

proposta consta de seu parecer sobre o relatório de atividades do órgão relativo ao quarto trimestre de 1998, aprovado ontem em reunião da Comissão de

Fiscalização e Controle (CFC).

Segundo o relatório, o TCU, no período, julgou 2.595 processos, dos quais 244 foram considerados irregulares, com imposição de multa e ressarcimento de débitos ao erário no montante de R\$ 15 milhões. O senador aponta discrepância nos dados, uma vez que o relatório sugere terem sido encontradas anormalidades em 518 tomadas de contas especiais. Ele afirma que o relatório não apresenta os motivos pelos quais o número dos processos considerados irregulares foi menor do que os listados como suspeitos.

Eduardo Suplicy considera necessário aperfeiçoar o relatório que o TCU envia trimestralmente ao Senado. Em sua opinião, os documentos a serem produzidos devem conter os processos julgados irregulares e apontar os ilícitos identificados, os valores envolvidos e os responsáveis por eles.

Senadores criam comissão para acompanhar crise no Tocantins

Autor do requerimento, Antero de Barros afirma que intervenção do Exército deixa o Tocantins sob "grave e imerecida exceção"

Composta pelos senadores Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Carlos Patrocínio (PFL-TO), foi criada ontem comissão especial do Senado para acompanhar as negociações e desdobramentos da crise vivida pelo governo do Tocantins e a polícia militar do estado, ora sob intervenção do Exército.

O requerimento de constituição da comissão foi apresentado pelo senador Antero de Barros (PSDB-MT), sob a justificativa de que o Brasil assiste com apreensão ao impasse, surgido em decorrência da reivindicação dos policiais militares por



Eduardo Siqueira Campos, Leomar Quintanilha e Carlos Patrocínio compõem a comissão encarregada de acompanhar o impasse entre PM e governo

melhoria dos soldos. Referindo-se à intervenção do Exército, Antero de Barros disse que a situação deixa a população do Tocantins sob grave e imerecida situação de exceção.

Encerrada a aprovação do re-

querimento, o presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou os nomes que comporão a comissão, dizendo que ela representará o Senado ante os desdobramentos dessa crise.

Eduardo: governo quer evitar desfecho violento

O senador Eduardo Siqueira Campos anunciou que seu partido, o PFL, decidiu enviar uma moção de apoio ao governador do Tocantins, Siqueira Campos, em função da crise no estado com os desdobramentos violentos do movimento dos policiais militares que, "a pretexto de reivindicar melhores salários, pegou em armas, invadiu um quartel e lá deteve mulheres e crianças".

Eduardo fez questão de enfatizar que, antes da greve, os policiais militares não fizeram qualquer tentativa de negociar suas reivindicações, não enviaram uma comissão para conversar com as autoridades e nem sequer encaminharam correspondência ao go-

verno. "Simplesmente invadiram um quartel, armados e acompanhados de suas famílias, sem qualquer aviso prévio", destacou.

Segundo ele, a prisão preventiva de 13 policiais e a determinação de retirar as crianças do quartel foram decisões judiciais, cabendo ao governador, apenas, acatá-las. Ele garantiu que a grande preocupação do governador tem sido assegurar a ordem pública e evitar qualquer episódio de violência. Por isso, pediu ao governo federal que enviasse tropas do Exército.

Eduardo citou frases de editoriais publicados pelos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* argumentando que, independentemente da justiça de suas reivindicações, os

policiais escolheram mal o caminho a seguir, ao usar as armas como instrumento de pressão sobre as autoridades. "O mais importante é restabelecer a normalidade sem ferir a ordem democrática", disse, citando a *Folha*.

PREOCUPAÇÃO

Em apartes, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Leomar Quintanilha (PPB-TO) manifestaram preocupação com os acontecimentos do Tocantins. Para o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), a greve é direito legítimo do trabalhador, mas há limites de bom senso e prudência aos quais os PMs do Tocantins não obedeceram, ao recorrer às armas para reivindicar aumentos salariais.

Suassuna elogia ações do governo contra a seca

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou ontem a rapidez e eficiência com que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, como ministro interino da Integração Nacional, está resolvendo os problemas da seca no Nordeste. Ele informou que Jungmann esteve nas regiões mais atingidas pela estiagem e imediatamente autorizou a distribuição de 6 mil cestas básicas e a liberação de R\$ 9 milhões para a contratação de carros-pipa.

Suassuna salientou que tem criticado o governo pela falta de ações no combate à seca nordestina, mas, desta vez, fez questão de ressaltar que o Executivo "finalmente acordou para o grave problema e está tomando uma atitude".

Forças Armadas vão patrulhar fronteira, diz Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou que o presidente Fernando Henrique autorizou que as Forças Armadas patrulhem a fronteira de Rondônia com a Bolívia, para evitar o contrabando para



Jucá: medida visa combater a febre aftosa

território brasileiro de animais com febre aftosa. Ele informou que dados do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura apontam a existência de 1.450 focos da doença no Cone Sul.

Jucá pediu transcrição de matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, com título "Fronteira com a Bolívia vai ter patrulhamento".

Presidente do Senado recebe servidores da PF

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu ontem comissão de dirigentes da Associação Nacional dos Servidores de Apoio Logístico da Polícia Federal. Eles estão visitando dirigentes do Congresso Nacional em busca de apoio para a proposta que cria a carreira dos servidores de atividades-meio da instituição.

Segundo a presidente da entidade, Francisca Hélia Carvalho Casemiro, o projeto está em análise no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O objetivo da visita é acelerar a definição por parte do Executivo em relação ao projeto e acelerar a tramitação da proposta no Congresso Nacional.

Jader pede indicações para comissão sobre crise energética

O presidente do Senado, Jader Barbalho, pediu ontem que os líderes partidários indiquem os membros da comissão mista especial que será instalada para estudar as causas da crise de abastecimento de energia elétrica e propor alternativas ao seu equacionamento.

Lembrando a preocupação do Senado com a situação energética, Jader Barbalho disse considerar da maior importância que a comissão seja imediatamente instalada.

Na mesma sessão, o presidente do Senado informou que os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Bernardo Cabral (PFL-AM) estão dedicados ao esforço de fazer com que o projeto de lei das socieda-

des anônimas tramite rapidamente a fim de que seja votado ainda neste semestre.

Quanto à proposta de emenda à Constituição do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que exige a renúncia dos governantes que queiram disputar a reeleição, a votação foi transferida para o dia 6 de junho.

METAS FISCAIS

Críticas ao governo em razão da crise energética, falta de investimentos nas estatais e ausência de uma política duradoura no setor social marcaram a audiência pública realizada ontem pela Comissão Mista de Orçamento com o secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa. Ele com-



O secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira, foi recebido ontem pela CMO

pareceu ao colegiado para apresentar o relatório sobre o cumprimento das metas fiscais do último quadrimestre, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fábio de Oliveira Barbosa observou que o relatório, na forma da lei, apenas demonstra que o governo vem cumprindo as metas fiscais. Ele garantiu à comissão que as metas estabelecidas pelo governo para este ano, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, não serão alteradas. Portanto, informou,

não cabe a indicação de medidas corretivas por parte do Executivo.

Deputados da oposição afirmaram que a falta de energia elétrica poderá levar o país a uma nova década perdida. O secretário do Tesouro negou que os anos 90 podem ser uma década perdida. Segundo disse, no período a inflação foi debelada, a renda foi melhor distribuída e os custos com o setor previdenciário tiveram substancial crescimento, "demonstrando que o governo também está preocupado com o setor social".

CAS aprova projeto do Estatuto das Cidades

Substitutivo aprovado pela Câmara, após 12 anos de tramitação, recebeu parecer favorável do relator, Mauro Miranda, para quem o texto vai possibilitar o crescimento mais ordenado das cidades brasileiras

Após 12 anos de tramitação na Câmara dos Deputados, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou ontem o Estatuto das Cidades, projeto de autoria do então senador Pompeu de Sousa (já falecido). O colegiado acatou parecer favorável do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) a substitutivo oferecido pela Câmara à proposta, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana no país.

Na opinião do relator, o estatuto vem suprir uma carência normativa na área, "duramente sentida pelas prefeituras", às quais compete a execução da política de desenvolvimento urbano. Para viabilizar a execução dessas ações, o projeto prevê a gestão democrática da cidade, a adoção de um plano diretor e a fixação de penas para a ociosidade ou ocupação desordenada de imóveis, como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) progressivo e a desapropriação com pagamento em títulos de dívida pública.

Também estão previstos mecanismos para regularização de ocupações em favelas, como o usucapião especial, e a concessão de uso especial, para fins de moradia, de imóveis públicos ocupados há mais de cinco anos. "Isso vai possibilitar o crescimento mais ordenado das cidades brasileiras e dotar o poder público da base legal para ações governamentais em política urbana", afirma Mauro Miranda.

Apesar de eventuais falhas contidas no projeto, os senadores reconheceram a importância de sua transformação em lei. O texto deverá ser apresentado pelo Brasil na conferência internacional Habitat III, a se realizar em junho em Nova York. "É importante que o país demonstre nesse encontro internacional que está preocupado com suas cidades", declarou o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS).

Enquanto o presidente da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP), salientou o destaque dado pelo estatuto à gestão democrática, a vice-presidente, senadora Marina Silva (PT-AC), admitiu que, apesar das imperfeições, o texto está adequado às necessidades urbanas. Os senadores Sebastião Rocha (PDT-AP), Maria do Carmo (PFL-SE), Marluce Pinto (PMDB-RR), Moreira Mendes (PFL-RO) e Ademir Andrade (PSB-PA) esperam que a iniciativa proporcione a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras.



Mauro Miranda vê no projeto a solução de uma lacuna legal



Pompeu de Sousa, já falecido, foi o autor do texto original



Estatuto prevê gestão democrática, adoção de plano diretor e penas para a ociosidade ou ocupação desordenada de imóvel

Estados e municípios com reservas ambientais podem ter compensação

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) a projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que cria uma reserva do Fundo de Participação dos Estados (FPE) destinada a unidades federativas que abriguem áreas de conservação



Projeto de Marina Silva foi aprovado pela CAS

da natureza ou terras indígenas demarcadas. A matéria recebeu duas emendas do relator e uma do senador Tião Viana (PT-AC) e vai à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A emenda de Viana manteve a fixação da alíquota de 2% do FPE para compor essa reserva, mas alterou sua forma de captação. Em vez de contribuir com 1% do FPE, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste teriam sua participação nos recursos do fundo reduzida de 85% para 84,5%, enquanto as regiões Sul e Sudeste dariam uma contrapartida de 1,5%, reduzindo sua participação no FPE de 15% para 13,5%. "Isso vai abrir em definitivo o portal da Amazônia", assinalou o senador petista.

Na opinião do relator, essa reserva do FPE seria uma compensação financeira a estados e municípios que preservam reservas ambientais ou terras indígenas de-

marcadas existentes em seus territórios. Além do "reduzido impacto" do projeto sobre o fundo, Juvêncio da Fonseca destacou a importância de todo o país contribuir para a promoção "do desenvolvimento socioeconômico sustentável e a preservação de espaços especialmente protegidos".

Ainda de acordo com o projeto de Marina Silva, a distribuição dessa parcela do FPE será feita atribuindo-se um coeficiente individual de participação, baseado no percentual da área de estados e municípios ocupada por unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas. Esse coeficiente varia de 1 a 7 e será fixado para as unidades federativas que dispõem de 5% a 30% de seu território coberto por essas áreas especiais.

Também se manifestaram favoráveis à iniciativa os senadores Marluce Pinto (PMDB-RR), Osmar Dias (PSDB-PR), Moreira Mendes (PFL-RO) e Romero Jucá (PSDB-RR). Apesar de uma resistência inicial, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) acatou o parecer do relator, mas admitiu que pode rever seu voto na apreciação da matéria em Plenário, após avaliar o impacto da medida sobre a Região Sul.

Acolhida criação de cota mínima gratuita de água

Parecer favorável do senador Osmar Dias (PSDB-PR) a projeto do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que prevê a fixação de cota mínima mensal de água para consumo familiar, a ser fornecida gratuitamente, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O benefício seria viabilizado com a adoção de um sistema de tarifa progressiva por faixas de consumo. A matéria terá decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Os senadores Tião Viana (PT-AC), Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) aplaudiram a iniciativa, mas este último revelou preocupação com a possibilidade de o custeio da gratuidade punir segmentos sociais já sacrificados. Osmar admitiu o risco de famílias ligeiramente acima da linha de pobreza assumirem o encargo, mas observou que a fixação de cotas gratuitas pode estimular a população a economizar água.

Outra proposição aprovada pela CAS altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com o objetivo, segundo parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO), "de estimular a formalização do mercado de



Moreira Mendes deu parecer favorável a projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho

trabalho e concessão de benefícios sociais aos trabalhadores". Além de pretender pôr fim a controvérsias sobre registro de ponto, o projeto prevê a exclusão do salário *in natura* de vantagens como educação, transporte, assistência médica, hospitalar e odontológica, seguro de vida e previdência privada. Voto em separado do senador Ademir Andrade (PSB-PA) lançou polêmica sobre a matéria. Apontando contradição entre dispositivos relativos à remuneração do trabalhador, Ademir defendeu que a concessão de vestuário e alimentação continuasse vinculada ao salário *in natura*. O relator rejeitou as emendas.

A comissão acolheu ainda parecer da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) pelo encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de projeto que obriga a trabalhadora a se submeter, antes de ingressar no serviço público ou na iniciativa privada, a exames de doenças previstas no Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

CCJ aprova plebiscito sobre divisão do estado do Amapá

Conforme o projeto, que ainda vai a Plenário, a população local será consultada a respeito da criação do território federal do Oiapoque

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de decreto legislativo, de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que convoca plebiscito sobre o desmembramento do estado do Amapá e criação do território federal do Oiapoque. A proposta, segundo o senador, insere-se na estratégia de defesa do território nacional e de desenvolvimento de uma região de difícil acesso, carente de estrutura e apoio.

O plebiscito, conforme prevê emenda do relator da matéria, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), seria feito em todo o estado do Amapá, na primeira eleição subsequente à publicação do decreto legislativo que ainda deverá ser submetido ao Plenário.

Rocha disse que o governo estadual não tem condições de desenvolver o Oiapoque, de forma a marcar ali a presença brasileira. A região, de fronteira e caracterizada por baixíssima densidade demográfica, está hoje sujeita ao



Sebastião Rocha é autor do projeto, relatado por Mozarildo Cavalcanti. A proposta quer garantir a presença brasileira



relatado por Mozarildo Cavalcanti. A proposta quer garantir a presença brasileira na fronteira com a Guiana Francesa

contrabando e ao tráfico de drogas, que somente poderão ser confrontados pelo governo federal, afirmou.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse recordar-se de entrevista em que um morador da região, revoltado com o abandono, dizia ter vontade de pedir a anexação do Oiapoque à Guiana Francesa, já que a França trata aquela área com extremo cuidado.

O município do Oiapoque tem uma área de 22.727,7 quilômetros quadrados e é maior do que o

estado de Sergipe. A área corresponde a 16% do território do Amapá e conta com uma população de apenas 9.820 pessoas, cerca de 2,5% da população do estado.

Em Plenário, Sebastião Rocha pediu aos senadores a aprovação do projeto. Segundo disse, a parte mais setentrional do Amapá precisa de tratamento especial, tendo em vista sua importância estratégica. O senador informou que o projeto deve ser incluído na ordem do dia proximamente.

Projeto que amplia o PAS é criticado em audiência

Os quatro convidados, representantes da sociedade civil e do governo, que participaram da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação fizeram críticas ao projeto do ex-senador José Roberto Arruda que instituiu o Programa de Avaliação Seriada Anual para o acesso às instituições de Ensino Superior Públicas (PAS). O senador José Fogaça (PMDB-RS), que pretendia relatar a matéria favoravelmente, informou que modificará seu parecer.

Mesmo antes da audiência, Fogaça já havia questionado alguns aspectos do projeto. Ele observava, por exemplo, que nem todos os alunos poderiam utilizar essa nova forma de acesso ao curso superior, a menos que morassem em uma região onde houvesse universidade que o tivesse adotado.

— Isso é discriminação com a maioria dos nossos estudantes — disse Fogaça, acrescentando que pretendia aperfeiçoar a matéria por meio de emenda.

A representante do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, secretária de

Educação Superior, afirmou que tanto o projeto relatado por Fogaça quanto o que inclui a disciplina de Informática nos currículos de 1º e 2º graus, que também era discutido na audiência pública, não eram necessários.

— Concordo com o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), professor Carlos Augusto Abicalil, quando ele afirma que essas questões não deveriam ser objeto de projeto de lei, pois a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) são claras quanto à autonomia das instituições de ensino superior quanto a sua forma de acesso.



O debate na Comissão de Educação reuniu representantes do governo e de trabalhadores em educação

A representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (AnDES), Marília Washington, também concordou com a irrelevância das duas propostas. Ela apontou também o número baixo de vagas nas universidades públicas.

— De acordo com os últimos dados oficiais, em 1998 o número de vagas das instituições superiores era de 90.788, enquanto o número de candidatos inscritos no exame vestibular foi de 887.281, portanto, há um déficit de 776.493 vagas. Segundo Marília Washington, o problema não é a forma de seleção para acesso à universidade, mas a ausência de vagas.

Parga analisará emenda à PEC que beneficia estrangeiro

O senador Bello Parga (PFL-MA) concordou ontem, durante reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em reavaliar a modificação sugerida pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE) à proposta de emenda à Constituição que permite a estrangeiros residentes no Brasil há no mínimo oito anos o direito de votar nas eleições municipais e de se candidatar ao cargo de vereador.

Sérgio Machado propôs modificar a PEC para condicionar a concessão do direito de voto e elegibilidade aos estrangeiros ao requisito da reciprocidade. Ou seja, os imigrantes de determinado país teriam aqueles direitos caso os brasileiros — como emigrantes — recebessem tratamento semelhante.

Designado relator da proposta, em substituição ao senador Edison Lobão (PFL-MA), que deixou a CCJ para integrar a Mesa do Senado, Bello Parga evitou que a matéria fosse votada com a emenda proposta por Sérgio Machado.

O autor da PEC, senador Álvaro

Dias (PSDB-PR), afirmou que introduzir na proposta a exigência de reciprocidade corresponderia a inviabilizar a matéria, pois, na sua opinião, o Brasil não teria como influenciar a legislação de outros países.

Álvaro Dias exemplificou com o caso dos libaneses, afirmando que há milhares deles no Brasil em condições de usufruir o direito de voto nas eleições municipais. A seu ver, se o Brasil exigisse do Líbano o mesmo tratamento aos brasileiros que vivem naquele país, a medida jamais será adotada, pois o número de brasileiros lá residentes é reduzido e estes não conseguiriam obter dos governantes libaneses um tratamento recíproco.

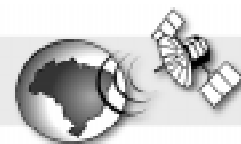
A CCJ decidiu também adiar a votação do projeto que obriga a publicação, no *Diário Oficial* da União, do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado. O relator da matéria, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), deu parecer favorável ao projeto, mas limitou seu alcance à aviação civil.



Bello Parga foi indicado relator da PEC, que pode ser modificada por emenda de Sérgio Machado para garantir a reciprocidade ao emigrante brasileiro



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania*: sen. Geraldo Althoff e o médico Ricardo Bento falam sobre problemas de audição
7h30 — *Entrevista*: o pneumologista Celso Antônio Rodrigues fala sobre o Dia Internacional de Luta contra o Fumo
8h — *Jornal do Senado*: as principais notícias do dia
8h30 — *Saúde/Unip*: Paulo Vanzolini na Amazônia
9h — *As Cores do Brasil*: Paraíba
9h30 — Audiência pública conjunta CFC e CAE com o ministro Pedro Malan
Logo após — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — CPI do Futebol: depoimento de Eduardo Augusto Viana da Silva, presidente da Federação Carioca de Futebol
18h30 — *Entrevista*: sen. Jefferson Péres fala sobre o incentivo de emprego aos idosos
19h — *As Cores do Brasil*: Sergipe
19h30 — *Cidadania*: sen. Geraldo Althoff e o médico Ricardo

Bento

20h30 — *Entrevista*: médico Celso Antônio Rodrigues
21h — *Jornal do Senado*: As principais notícias do dia
21h30 — Audiência pública na CFC e CAE com o ministro Pedro Malan
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Comissão Mista de Orçamento
10h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Improviso Jazz*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Falsidade de peritos deve ser punida com maior rigor

Os crimes de falso testemunho ou falsa perícia praticados por contadores ou quaisquer outras pessoas contra o erário deverão ser coibidos e punidos com maior severidade, segundo prevê emenda de autoria do senador Iris Rezende (PMDB-GO) a projeto de Lei da Câmara que altera dispositivos do Decreto-Lei 2.848, de dezembro de 1940 – o Código Penal. A emenda foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Iris Rezende disse entender que não é necessário citar especificamente o profissional “contador” no artigo modificado, pois o termo “perito”, como consta nos artigos 342 e 343 do Código Penal, já abrangia os contadores.

O senador também corrigiu para maior a pena prevista no projeto para aquele que realiza falso testemunho ou falsa perícia, igua-

lando-a à pena daquele que paga e oferece qualquer vantagem por um falso testemunho ou falsa perícia. A pena sugerida na emenda fica sendo a mesma para os dois casos – de três a quatro anos de reclusão e multa. O projeto reservava a pena de um a três anos de reclusão e multa apenas para quem praticasse o falso testemunho, impondo a pena mais elevada somente para o mandante ou corruptor.

A emenda de Iris Rezende prevê ainda o aumento das penas em um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo em que for parte entidade da administração pública. A pena também será em dobro “se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal”.



Iris Rezende propõe penas mais severas também para falso testemunho

Patrocínio: agricultura familiar resolve problemas no campo

Ao destacar a importância da agricultura familiar, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu em Plenário a manutenção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ressaltando que o programa representa



Patrocínio: Brasil precisa rever tradição das grandes propriedades

importante passo na direção de uma solução definitiva para os problemas do campo. Na avaliação do senador, o Brasil precisa urgentemente rever a tradição secular das grandes propriedades e mudar seus parâmetros, passando a valorizar a agricultura familiar.

— A agricultura familiar representa solução para todos os problemas relacionados com a questão agrária, como o assentamento de famílias, a concessão de crédito agrícola, a assistência aos assentados, o apoio à comercialização da produção e outros relativos à exploração agrícola pelas pequenas empresas familiares — disse o parlamentar.

Para o senador, não se pode admitir que os agricultores brasileiros,

principalmente os pequenos, continuem a pagar alto preço pelo ajuste econômico, pelo controle da inflação e pela instabilidade monetária.

Patrocínio frisou que não estava defendendo o retorno da política de crédito fácil e de juros negativos, e tampouco “o absurdo macroeconômico” em que o valor do crédito concedido aos agricultores chegou a ultrapassar o valor dos bens produzidos pelo setor agrícola nacional. Ele acrescentou que não estava pedindo a criação de subsídios, incentivos ou favores especiais ou discriminatórios para a agricultura, tampouco solicitando que se aplique a mesma política adotada pelos países desenvolvidos, que concedem altos subsídios ao setor.

Patrocínio também manifestou sua satisfação com o governo do estado do Tocantins, por estar viabilizando diálogo entre os policiais militares em greve e as tropas do Exército, enviadas ao estado para fazer cumprir decisão judicial de desocupação dos quartéis pelos policiais.



Em reunião conjunta, comissões decidiram ampliar prazo para recebimento de emendas

Comissões ampliam debate de mudanças na Lei das S.A.

Nova audiência pública com especialistas será realizada pela CAE e CCJ por requerimento do senador Iris Rezende

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiram ontem, por sugestão do senador José Agripino (PFL-RN), ampliar o prazo para recebimento de novas propostas e para discussão mais aprofundada das alterações a serem feitas na Lei das Sociedades Anônimas (Lei das S.A.). Em reunião conjunta, foi aprovado requerimento de Iris Rezende (PMDB-GO) sugerindo nova audiência pública para discutir o assunto com especialistas.

Atendendo às sugestões do senador goiano, serão convidados para comparecer às comissões o

advogado Nelson Laks Eizirik, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e autor de várias obras sobre o mercado de capitais; Humberto Casagrande Neto, atual presidente da Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais (Abamec-Nacional); e Ary Oswaldo Mattos Filho, professor de Direito Tributário e de Mercado de Capitais da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Na reunião de ontem, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), comunicou que haviam chegado àquela comissão mais 21 propostas de emendas ao projeto em tramitação, e o sena-

dor Álvaro Dias (PSDB-PR) informou que pretende propor várias outras emendas.

Ao defender a necessidade de ampliar a discussão sobre o assunto, o relator da matéria na CCJ, José Agripino, ressaltou alguns dos que são, a seu ver, os pontos mais importantes a serem debatidos com os especialistas: definição de direitos dos acionistas minoritários na venda de ações; presença desses acionistas no conselho de administração das empresas; regras para a escolha de membros do conselho fiscal; e critérios de fechamento de capital de uma sociedade anônima.

Aprovada emenda que institui fundo para desenvolver Amazônia Ocidental

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo à proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. A autoria da PEC original é do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que concordou com as mudanças propostas por seu colega de bancada. Ambos ficaram de defender juntos o substitutivo no Plenário.

O fundo, pelo que prevê o substitutivo, vigorará nos exercícios de 2001 a 2013, tendo como objetivo básico o de promover o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental, que compreende os estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia.

Pela PEC, os recursos para a constituição do fundo seriam provenientes da União, que destinaria um percentual da receita líquida de impostos e contribuições arrecadados pelo governo federal no estado do



Bernardo Cabral apresentou substitutivo à proposta de emenda à Constituição



Jefferson Péres, autor da PEC original, concordou com as mudanças no projeto

Amazonas, correspondente ao dobro do percentual de área de proteção ambiental em relação à área total da Amazônia Ocidental.

Assim, segundo exemplificou Jefferson Péres, se a área de proteção ambiental fosse de 30%, a União destinaria ao fundo 60% da receita líquida dos impostos arrecadados no Amazonas. A sistemática é justa, segundo o senador, porque o estado deixa de explorar (e de obter recursos tributários) nas áreas definidas

como de proteção ambiental, merecendo uma compensação.

Embora o cálculo para a definição dos recursos destinados ao fundo tome como base a arrecadação líquida do Amazonas, eles seriam destinados aos demais estados da Amazônia Ocidental. Essa medida tem efeito prático, dado que, naquela região, apenas o Amazonas mantém resultado líquido positivo na arrecadação tributária feita pela União.

Incentivo à formalização do trabalho no campo

Senado aprova projeto que permite ao empregador rural descontar de sua contribuição o valor equivalente a 50% da parcela recolhida dos empregados para a Previdência Social. Matéria volta ao exame da Câmara dos Deputados

Fórum de saúde ocular prossegue hoje

O estudo das causas da deficiência visual e da cegueira e a importância do exame oftalmológico são alguns dos assuntos em debate no I Fórum Nacional de Saúde Ocular, iniciado na manhã de ontem no Senado Federal. O fórum, que reúne especialistas de todo o Brasil, acontece até hoje, com nove painéis com temas distintos.

De acordo com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) – um dos coordenadores do evento, em nome da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) –, o fórum visa “promover maior interação entre os especialistas e o poder público”. Para o parlamentar, será também uma oportunidade para “haver maior sensibilização com a causa e o problema da cegueira no Brasil”. Ele acrescentou que há no país, hoje, 1,2 milhão de cegos.

O parlamentar, que é médico, disse que 60% dos problemas de cegueira no país têm causas consideradas evitáveis. Segundo ele, o fórum permitirá, pela primeira vez, que se possa conhecer o que está sendo feito e o que ainda precisa acontecer “para garantir ao cidadão o acesso a uma oftalmologia de qualidade”.



Os senadores Edison Lobão e Romeu Tuma (ladeando o ministro da Saúde, José Serra) participam das atividades do fórum

Sebastião Rocha disse que o fórum servirá também para apresentar subsídios para elaboração de projetos de lei que beneficiem os deficientes visuais, além de chamar a atenção para o problema e agilizar a tramitação de diversas proposições paralisadas na Câmara dos Deputados. Entre essas propostas, o senador citou o projeto que permite o acesso de cegos-guias a locais públicos e meios de transporte e o que reduz os impostos de equipamentos para auxílios dos cegos, como bengalas para locomoção.

Na manhã de ontem foram realizados os painéis “Oftalmologia e Saúde Coletiva” e “Causas Preva-

lentes de Cegueira no Brasil”. O encontro prosseguiu à tarde com os blocos “A Importância das Ações Interinstitucionais na Prevenção da Cegueira”, “O Deficiente Visual no Brasil – Reabilitação e Inserção Social” e “Exercício Profissional da Oftalmologia”.

Hoje haverá sessão solene, com homenagens, palestras e debate. À tarde, o fórum continua com painéis. Ao final, serão redigidas as conclusões, propostas e encaminhamentos do encontro. Também prestigiaram a sessão de abertura do fórum os senadores Tião Viana (PT-AC) e Carlos Patrocínio (PFL-TO), ambos também médicos.

Maldaner elogia atuação de conselho

Casildo Maldaner: CBO realizou 524 mil cirurgias nos últimos dois anos



Ao registrar a realização do I Fórum Nacional de Saúde Ocular, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou a atuação do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) no desenvolvimento de novas técnicas de prevenção e tratamento de doenças e no atendi-

mento voluntário a populações carentes.

Nos dois últimos anos, de acordo com o senador, o CBO realizou 524 mil cirurgias em todo o país. “Tais intervenções atenderam prioritariamente a populações carentes, o que contribuiu para conter os índices de repetência e evasão escolar”, ressaltou Maldaner.

TV Senado debate malefícios do fumo

O programa *Entrevista*, da TV Senado, que vai ao ar às 3h30, 7h30 e 20h30 de hoje, recebe o médico pneumologista Celso Antônio Rodrigues, que conversa com os jornalistas Maurício Melo Júnior e André Ricardo sobre os malefícios que o tabaco traz para a saúde. No *Entrevista* das 9h30 e 18h30, o sena-

dor Jefferson Péres (PDT-AM) fala do projeto que beneficia com incentivos fiscais as empresas que empregam pessoas acima de 40 anos.

O programa *Cidadania* tem como tema a campanha Quem Ouve Bem Aprende Melhor. Os convidados são o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) e o médico Ricardo Bento. O pro-

grama vai ao ar à 1h, às 6h30 e 19h30.

A partir das 21h30 a TV Senado leva ao ar a reunião conjunta das comissões de Fiscalização e Controle (CFC) e de Assuntos Econômicos (CAE) para ouvir o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Ele fala sobre a ajuda financeira aos bancos Marka e FonteCindam.

Com o propósito de incentivar a formalização do trabalho no campo, o Senado aprovou ontem projeto do governo alterando a legislação que trata das contribuições sociais devidas pelos produtores rurais e pela agroindústria. Como o projeto foi alterado, volta à deliberação da Câmara dos Deputados.



Osmar Dias é o relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais

Uma das principais inovações do texto é a possibilidade de o empregador rural descontar de sua contribuição o valor equivalente a 50% da parcela efetivamente recolhida dos empregados para a Previdência Social. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Osmar Dias (PSDB-PR) explicou que isso significa que, quanto maior o número de empregados contribuintes, menor será o recolhimento devido pelo empregador.

Ele disse que a medida certamente diminuirá a resistência do

empregador em formalizar as relações de trabalho com sua mão-de-obra, embora não chegue a compensar todos os encargos trabalhistas decorrentes de tal formalização, como o recolhimento para o FGTS.

Osmar considerou importante o projeto igualar a contribu-

ção da agroindústria, do consórcio simplificado de produtores rurais e a devida pela colheita de produção de cooperados à contribuição dos produtores rurais pessoa física e jurídica. “É razoável que todos passem a contribuir como empresas rurais, substituindo o recolhimento sobre folha de pagamento pelo baseado na produção.”

Oito senadores se manifestaram na votação em apoio ao relatório de Osmar Dias, entre eles Casildo Maldaner (PMDB-SC), para quem, se o texto fosse mantido como veio da Câmara, Santa Catarina seria extremamente prejudicada.

Vendedor pode receber comissão de uma só vez

O Senado decidiu ontem que as empresas que empregam vendedores, viajantes ou praticistas são obrigadas a pagar, numa única parcela, as comissões e porcentagens resultantes das vendas realizadas a prestações. A mudança, que ainda precisa ser sancionada, permite que o empregado receba integralmente sua comissão, sem depender da efetiva quitação, pelo comprador, do débito remanescente.

Oriundo da Câmara, o projeto nasceu da preocupação com o fato de que muitas empresas retêm o pagamento de comissões e porcentagens devidas aos vendedores viajantes até a cobrança dos valores da venda. A idéia é obrigar a empresa a pagar integralmente a comissão do empregado



Ademir Andrade afirma que mudanças favorecem vendedores e viajantes

no momento em que o cliente paga a primeira prestação.

Para resguardar o direito do empregador, a iniciativa prevê a possibilidade de estorno posterior dos valores relativos aos pagamentos não efetivados por devedores insolventes. Relator da matéria, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que as mudanças são favoráveis aos empregados vendedores, viajantes ou praticistas e podem simplificar a forma de pagamento de comissões e porcentagens.

— Há uma evidente simplificação, com redução do trabalho contábil e das fontes de atrito entre empregados e empregadores — disse ainda o relator. Ele propôs que o texto sofresse apenas emendas de redação, as quais foram aprovadas.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Carlos Wilson e Antonio Carlos Valadares